

1 ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL, DE
2 PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEIVAP, REALIZADA
3 NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2005 - RESENDE – RJ. Aos 22 dias do mês de agosto de 2005, no Instituto
4 Vianna Júnior, em Juiz de Fora – MG, com a presença de 19 membros da CT Institucional, 17 da CT de
5 Planejamento e Investimento e 14 da CT de Educação Ambiental (conforme relação de presença no final
6 desta ata) além de 14 convidados, e justificadas as ausências, conforme relação também apresentada no final
7 da ata, foi iniciada a reunião pela Sra. Andréa Francomano Bevilacqua (AASJC-SP), coordenadora da
8 Câmara Técnica Institucional, com a seguinte ordem do dia constante da convocação: 1. Aprovação da Ata
9 da reunião anterior; 2.Revisão da pré-hierarquização dos projetos a serem contemplados com recursos da
10 cobrança pelo uso da água de 2005, feita na reunião das CTs de 13 e 14/07/05; proposta de Deliberação
11 sobre a hierarquização, para aprovação do plenário do CEIVAP; 3. Apreciação da proposta de criação da
12 Câmara Técnica de Gestão e Operação do Sistema Hidrelétrico da bacia; 4-Apresentação, pela Coordenação
13 Técnica da AGEVAP, de proposta de Manual de Investimentos 2006; 5- Assuntos gerais. Presidindo a
14 reunião, - juntamente com a coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Sra. Fátima Casarin
15 (Consórcio BNG-2 – RJ) -, a Sra. Andréa designou a Sra. Virgínia Dias Calaes (téc.Mobilização da
16 AGEVAP) como secretária “ad hoc” da reunião e iniciou os trabalhos com a aprovação da Ata da reunião
17 anterior (4ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 14/07/05). Aprovada a Ata, passou à revisão da pré-
18 hierarquização dos projetos que deverão receber recursos da cobrança pelo uso da água, do ano de 2005. A
19 coordenadora fez um breve relato sobre o processo de pré-hierarquização ocorrido na última reunião das
20 CTs, informando sobre os critérios gerais estabelecidos para a seleção dos projetos, quais sejam: os recursos
21 disponíveis devem ser distribuídos pelos três estados da bacia (SP, RJ, MG) e pelas três linhas de ações
22 (gestão, planejamento e ações estruturais); apenas no item ações estruturais, os recursos disponíveis devem ir
23 integralmente para o estado do Rio de Janeiro, que em 2004 não foi contemplado.O Sr. Flávio Simões,
24 coordenador Técnico da AGEVAP, informou que o município de Barra do Piraí-RJ, que está inadimplente
25 com a cobrança pelo uso da água, e teve seu projeto pré-selecionado, já entrou com pedido de regularização
26 junto à Agência Nacional de Águas, para que esteja apto a receber o recurso; mas ainda não obteve retorno,
27 porque o gerente de cobrança da Superintendência de Outorga e Cobrança da ANA está de férias. A Sra.
28 Fátima Casarin propôs que seja dado um prazo para a prefeitura de Barra do Piraí concluir a negociação com
29 a ANA, considerando que a prefeitura citada já entrou com pedido de parcelamento da dívida. O Sr.Paulo
30 Valverde (CESAMA –MG) questionou a seleção do projeto de Barra do Piraí, por não tratar-se de ação de
31 esgotamento sanitário ou controle de erosão - que são as prioridades estabelecidas no Plano da Bacia - e sim
32 projeto de abastecimento de água. A Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (CAT-LEO Energia -
33 MG) argumentou que é preciso certa flexibilidade na priorização, quando se trata de ação que vai resolver
34 um problema crítico, como é o caso de Barra do Piraí, que vive ameaça de desabastecimento por ser o
35 primeiro município à jusante da transposição das águas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu.
36 A Sra. Vera Saboya (SEINPE-RJ) também posicionou-se a favor da manutenção do projeto de Barra do
37 Piraí, argumentando que, como estabelece a Lei 9433/97, a prioridade nº 1 para o uso dos recursos hídricos é
38 o abastecimento humano; portanto toda obra que vá garantir o abastecimento é prioritária, conforme
39 defendeu a representante da SEINPE. A Sra. Andréa Francomano disse que, no entanto, não se pode
40 flexibilizar no caso de inadimplência, lembrando que a prefeitura de Barra do Piraí está em débito com o
41 pagamento pelo uso da água; ela propôs que se estipule um prazo para o município regularizar sua situação
42 junto ao GESTIN – Sistema de Gestão Integrada da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na ANA. A representante
43 da prefeitura de Barra do Piraí, Sra. Madalena Sofia Cardoso de Oliveira, relatou que já fora solicitado o
44 parcelamento da dívida e que a ANA apresentara uma conta exorbitante, o que levou a prefeitura a pedir
45 revisão dos cálculos; foi constatado erro da ANA, que ficou de refazer as contas; no entanto, as negociações
46 foram suspensas, porque o gerente de cobrança entrou de férias. Diante da colocação do Sr. André Luís de
47 Paula Marques (SAAE – Guaratinguetá -SP) de que o projeto de Barra do Piraí era um projeto caro (R\$ 850
48 mil), o Sr. Paulo Barcello (SEMA-SP) ponderou que a AGEVAP deveria contar com agentes técnicos,
49 capacitados para analisar cada projeto, avaliando sua qualidade, sua importância e real necessidade para a
50 recuperação da bacia e se os valores estão adequados. A Sra. Vera Teixeira (ong Nosso Vale! Nossa Vida)
51 propôs que se crie uma comissão capacitada para análise dos projetos. O Sr. Flávio Simões observou que
52 todas as falhas observadas no primeiro processo de chamada para projetos devem ser corrigidas no próximo;
53 ele lembrou que todos os pontos fracos observados no Manual de Investimentos 2005 devem ser revistos no
54 Manual para 2006. A coordenadora da CT Institucional colocou em votação a manutenção do projeto de
55 Barra do Piraí na relação dos hierarquizados, estabelecendo-se prazo para sua regularização junto à ANA, o
56 que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Sra. Andréa colocou em votação a solicitação do Sr.
57 Renine César de Oliveira (SAAE de Barra Mansa-RJ) de substituir os dois projetos de ação estrutural (rede
58 de água) inscritos pelo SAAE-BM, por outros de instalação de estação de tratamento de esgoto. A sra. Vera

59 Saboya salientou que esses projetos já receberam recurso da cobrança para a elaboração do projeto executivo
60 e agora, projeto executivo pronto, tratava-se de viabilizar sua execução. A solicitação do representante de
61 Barra Mansa foi aprovada por todos. Após o entendimento sobre as questões acima, os representantes das
62 três CTs, em decisão conjunta, definiram a pré-hierarquização final dos projetos, a ser apresentada para
63 apreciação do CEIVAP, ficando dessa forma: **Ações de gestão:** 1- Rede de Ensino de Pesquisa e Educação à
64 Distância para Gestão de Recursos Hídricos – Fundação Casimiro Montenegro Filho – ITA – SP (R\$
65 150.000,00) ; Educação Ambiental Rural-Instituto Ipanema (R\$ 14.085,00); 3- Programa de Educação
66 Ambiental – Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul (R\$ 99.733,00); Programa de
67 Educação Ambiental nas Micro-bacias da APA de Fervedouro – Prefeitura de Fervedouro-MG (R\$
68 25.840,00); Projeto Ação Informativa em Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – Consórcio BNG-2
69 (R\$178.000,00); Aprendendo a preservar o domínio das ilhas fluviais do curso médio inferior do rio Paraíba
70 do Sul – Associação dos Pescadores e Amigos do RPS (R\$ 61.400,00); Programa de Conscientização da
71 Sociedade Civil – Universidade Estadual do Norte Fluminense (R\$ 40.300,00); Monitoramento
72 ecotoxicológico de efluentes industriais – FAENQUIL (R\$ 120.994,10); Mobilização e Educação Ambiental
73 na Bacia do Piabanha – Movimento Ambientalista de Petrópolis e Adjacências (R\$ 75.000,00); Educação
74 Ambiental – Prefeitura de Paraibuna – SP (R\$ 115.300,00); Educação Ambiental – Instituto Oikos – SP (R\$
75 85.730,80); Tecnologia para planejamento, uso, conservação e recuperação dos recursos solo, água e
76 vegetação do município de Volta Redonda – Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica da
77 Universidade Rural do Rio de Janeiro – FAPUR- EMBRAPA-RJ (R\$129.000,00); Planejamento
78 agroambiental e zoneamento agroecológico da bacia do rio São João no município de Pedra Dourada – MG,
79 complexo hidrológico do rio Paraíba do Sul – Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento –
80 FAPED-EMBRAPA (R\$ 256.642,00); Produção de águas na região das nascentes da bacia hidrográfica do
81 rio Barra Mansa – Associação Ecológica Vale do Paraíba (R\$64.200,00); Implantação de um sistema de
82 coleta e reciclagem dos resíduos orgânicos e inorgânicos em vilas às margens de rio pertencente à bacia do
83 rio Paraíba do Sul – Associação Pró Bem Viver Visconde de Mauá (R\$26.624,40). **Ações de planejamento:**
84 Elaboração de projetos executivos das unidades de coleta e tratamento dos esgotos sanitários do sub-sistema
85 Jardim do Vale – SAAE de Guaratinguetá-SP (R\$ 194.051,29); Projeto de coleta e tratamento de esgoto
86 doméstico e industrial em lagoa de estabilização – Prefeitura de Astolfo Dutra – MG (R\$ 57.600,00); Projeto
87 executivo do Sistema de Abastecimento de Água no Município – Prefeitura de Barra do Piraí – RJ (R\$
88 850.000,00); Elaboração de projetos executivos das unidades de coleta e tratamento dos esgotos sanitários do
89 sub-sistema Primavera – SAAE de Guaratinguetá – SP (R\$ 142.903,31); Projeto de rede coletora de esgoto e
90 tratamento (lagoa de estabilização) – Prefeitura de Guidoal – MG (R\$ 20.000,00); Projeto de emissário de
91 estação de tratamento de esgoto – Prefeitura de Dona Euzébia – MG (R\$ 57.400,00); Elaboração de projeto
92 executivo para recuperação de área degradada do rio Paraíba do Sul – Vila Cristina – Prefeitura de São José
93 dos Campos – SP (R\$ 90.000,00); Projeto de rede coletora de esgoto doméstico e industrial em lagoa de
94 estabilização – Prefeitura de Itamarati de Minas (R\$ 20.000,00); Projeto de coleta e tratamento de esgoto
95 doméstico e industrial – Prefeitura de Divinésia – MG (R\$ 19.2000,00); Projeto de emissário e interceptores
96 complementares para tratamento de esgoto – Prefeitura de Rodeiro – MG (R\$ 57.600,00); Projeto executivo
97 de estação de tratamento de esgoto – DEMSJR – Muriaé - MG (R\$ 180.000,00); Estudo de Concepção –
98 Prefeitura de Leopoldina – MG (R\$ 103.533,00). **Ações estruturais:** Estação de tratamento de esgotos –
99 Três Poços – SAAE de Volta Redonda – RJ (R\$ 648.733,57); Estação de tratamento de esgotos – Verde Vale
100 – SAAE de Volta Redonda – RJ (R\$ 351.266,33); ETE Distrito Antônio Rocha - SAAE de Barra Mansa – RJ
101 (R\$ 135.918,867); ETE Distrito de Floriano – SAAE de Barra Mansa – RJ (R\$ 333.937,40). Em seguida, a
102 sra. Andréa colocou em apreciação a minuta da Deliberação CEIVAP, que define as prioridades para a
103 contratação de ações previstas no Programa de Aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo
104 uso dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul, no exercício de 2005. O Sr. Maurício Lenzi
105 (SERHS- SP) questionou o art. 3, perguntando se é legal subtrair dos recursos para as ações na bacia um
106 percentual para cobrir despesas operacionais na execução dos projetos, alegando que essas despesas
107 deveriam ser cobertas com os 7,5% destinados, por lei, ao custeio da Agência. O Sr. Hendrik Mansur,
108 coordenador de gestão da AGEVAP, explicou que os 7,5% não são suficientes. O Sr. Fernando Lino (Light)
109 defendeu que é perfeitamente legal embutir no valor do projeto os custos com acompanhamento,
110 administração, fiscalização. Aprovou-se o art. 3, alterando sua redação, ficando assim: “A AGEVAP poderá
111 utilizar recursos atribuídos às ações de gestão, planejamento e estruturais no pagamento de despesas com
112 gerenciamento financeiro, acompanhamento dos projetos e demais atividades vinculadas às respectivas
113 ações, em até 0,8% do valor da ação. No art.1 foi excluída a última frase: “observando rigorosamente a
114 ordem de prioridades estabelecida na tabela anexa”. Feitas estas alterações, a deliberação foi aprovada. Na
115 seqüência, o Sr.Fernando Lino apresentou proposta de criação da Câmara Técnica de Operação Hidráulica,
116 que deve ser formada exclusivamente por técnicos da área. Ele fez a justificativa da proposta lembrando que

117 a hidroeletricidade é o uso preponderante; e que a crise enfrentada pelos reservatórios da bacia, em 2003,
118 provocou a formação de um grupo de gestão integrada desses reservatórios, que atuou de forma muito bem
119 sucedida, conseguindo superar a crise. Na concepção do representante da Light, essa CT deve envolver
120 gestores estaduais de água: DAEE, SERLA e IGAM; operadores de reservatórios de regularização: Light,
121 CESP, Furnas; três representantes dos usuários da água do CEIVAP, sendo um de cada estado,
122 preferencialmente dos setores de saneamento ou industrial; três convidados permanentes: ANA, ANEEL e
123 ONS e convidados eventuais. A Sra. Ninon Machado (Ipanema-RJ) propôs que se forme um grupo
124 coordenador da gestão compartilhada do sistema hidráulico e não propriamente uma Câmara Técnica, já que
125 o assunto é mais operacional. O Sr. Edilson de Paula Andrade (SERHS-SP) sugeriu que seja incluído nesse
126 grupo, também, os órgãos de controle ambiental: FEEMA-RJ, CETESB-SP e FEAM-MG. A Sra. Andréa
127 colocou em votação a criação do Grupo Acompanhamento da Operação Hidráulica da bacia do Paraíba do
128 Sul conforme a proposta apresentada pelo sr. Fernando Lino, acatada a sugestão do Sr. Edilson, o que foi
129 aprovado. Ela fez um encaminhamento sobre a criação de grupo de trabalho para elaborar uma proposta de
130 Deliberação para criação do Grupo de Acompanhamento da Operação Hidráulica, a ser apresentada ao
131 plenário do CEIVAP, na próxima reunião, marcada para o dia 16 de setembro. Foram escolhidas as seguintes
132 pessoas para integrar o grupo: coordenador - Fernando Lino (Light-RJ), Valéria Lopes de Faria (CEMIG-
133 MG); João Alberto de Oliveira (CESP-SP), Sérgio Canella (Furnas-RJ), Edilson de Paula Andrade (DAEE-
134 SP), Eduardo Bittencourt (Prefeitura de Paraibuna – SP) e Maria Aparecida Vargas (CFLCL-MG). A Sra.
135 Maria Aparecida propôs a criação de um grupo de trabalho para montar as oficinas de capacitação nas sub-
136 bacias, tendo em vista a integração dos três estados da bacia, nas quais se discutirá o papel dos organismos
137 das sub-bacias, do CEIVAP e da AGEVAP. Esse grupo deverá ser integrado pelo CBH-PS (o Comitê do
138 trecho paulista da bacia), AMPAS-RJ, Consórcio BNG-2, Comitê do Piabonha e Paquequer, Comitê do
139 Guandu, Comitê do Pomba e do Muriaé, Comissão Pró-Comitê Estadual do Paraibuna – PS1-MG, Comissão
140 Pró-Comitê Estadual do Pomba e do Muriaé - PS2-MG e Grupo de Trabalho da Região da Foz.. O objetivo
141 dessa oficina será capacitar os organismos da bacia para o cumprimento das metas do Convênio de
142 Integração ANA - CEIVAP e os órgãos gestores de recursos hídricos dos estados de São Paulo, Rio de
143 Janeiro e Minas Gerais. Ao final da reunião foi criado, também, o Grupo de Trabalho do Manual de
144 Investimentos 2006, coordenado pelo Sr. Flávio Simões (AGEVAP), que ficou encarregado de contatar os
145 demais interessados em participar da elaboração da proposta de Manual de Investimentos para 2006, a ser
146 apresentado ao plenário do CEIVAP, na próxima reunião. Esgotada a pauta, a Sra. Andréa Francomano
147 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a presente Ata sido lavrada por mim,
148 Virgínia Dias Calaes, secretária “ad hoc”, e assinada pelas coordenadoras das Câmaras Técnicas Andréa
149 Francomano Bevilacqua (Institucional) e Fátima Casarin (Educação Ambiental), que a presidiram.

150
151
152
153 Andréa Francomano Bevilacqua
154 CT Institucional

Fátima Casarin
CT Educação Ambiental

155
156
157 Juiz de Fora, 22 de agosto de 2005

158
159 LISTA DOS PRESENTES:

160
161 **Câmara Técnica Institucional** – Maurício Brandão (SERHS-SP), Edilson de Paula Andrade (SERHS-SP),
162 Renan Caratti Alves (representando a prefeitura de Jacareí – SP), André Luiz Marques (SAAE-
163 Guaratinguetá-SP), André Luiz Ianicelli, representando João Carlos Rodrigues (Kaiser – SP), Andréa
164 Francomano Bevilacqua (AASJC-SP), Renine César de Oliveira (Prefeitura de Barra Mansa-RJ), Madalena
165 Sofia de Oliveira (Prefeitura de Barra do Pirai – RJ), Isabel Cristina Reis da Silva (SAAE - Volta Redonda-
166 RJ), Carlos Eduardo Tavares de Castro, representando Paulo César Moreno (Águas do Paraíba-RJ), Sérgio
167 Dias Canella, representando Marcelo de Carvalho (Furnas – RJ), Fernando Lino (Light-RJ), Adacto Ottoni
168 (CREA-RJ), Ana Maria Brito (Instituto IPANEMA-RJ), Giselle Belcavello (prefeitura de Juiz de Fora –
169 MG), Jorge Luís Ávila (DEMSUR-MG), Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (CAT-LEO-MG),
170 Valéria de Faria, representando Patrícia Boson (FIEMG-MG), Regina Coeli Dantas Areal, representando
171 Felício Brum Lugão (Associação Comercial e Industrial de Muriaé – MG), Lúcia Helena Baldanza,
172 representando Antônio José Francisco (Consórcio do Muriaé – MG), Galba Rodrigues Ferraz (OAB-
173 Cataguases-MG).

175 **Câmara Técnica de Planejamento e Investimento** – Paulo Barcellos (SMA-SP), José Bosco Castro
176 (SABESP-SP), Renan Caratti Alves (SAEE – Jacareí – SP), André Luiz Ianicelli, representando João Carlos
177 Rodrigues (CIESP-SP), André Luiz Ianicelli, representando Cândido Menconi (Kaiser-SP), Davi Monteiro
178 Lino (ABES-SP), Vera Lúcia Saboya (SEINPE-RJ), Renine César de Oliveira (SAAE-Barra Mansa-RJ),
179 Maria Aparecida Vargas, representando Amaury Damiance (CENF-RJ), Maria Luiza da Silva (ASSEMAE-
180 RJ), Fátima Casarin (Consórcio BNG2-RJ), Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida-RJ), Paulo
181 Valverde (CESAMA-MG), Maria Aparecida Vargas (CFLCL-MG), Humberto de Oliveira (Consórcio do
182 Pomba-MG), Luiz Breve Rodrigues (ADEAP-MG), Regina Coeli Dantas Areal, representando Felício Brum
183 Lugão (Associação Comercial de Muriaé-MG).

184

185 **Câmara Técnica de Educação Ambiental** – João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP-SP), Andréa
186 Francomano, representando Maria Regina de Aquino Silva (FVE-UNIVAP), Ana Cláudia Zamboti
187 (Prefeitura de Volta Redonda –RJ), Maria Luiza da Silva (SAAE de Três Rios – RJ), Renine César de
188 Oliveira (AMAPS-RJ), César Seleri Bittencourt (CEDAE-RJ), Ninon Machado, representando Gilson Batista
189 (Instituto Ipanema-RJ), Roberto Lamego (Salveaserra-RJ), Fátima Casarin (Consórcio BNG2-RJ), Jésus
190 Lopes Machado Filho (Prefeitura de Cataguases-MG), Cláudio Luis Amaral (Florescer Floricultura e
191 Fruticultura-MG), Lilio dos Santos (Itatiaia Móveis – MG), Georgina Maria Mucci (FUNCEC-MG), Lúcia
192 Helena Baldanza (UNIPAC-MG).

193

194 AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

195

196 **Câmara Técnica de Educação Ambiental** - Alexandre Penteadó Villar Felix (SMA-SP)

197